





Howard Stevenson:

Desafio dos sindicatos é mobilizar os filiados enquanto ativistas



Cimeira de Bergen:

Em busca das competências de amanhã

Pág. 4

Págs. 16 e 17



IE condena atos de violência contra professores



A Internacional da Educação (IE) condenou veementemente a escalada de violência contra os professores, estudantes e cidadãos que resultou em seis mortes, no passado dia 19 de junho, em Oaxaca, no México.



O departamento regional da IE emitiu uma declaração a exigir uma investigação rigorosa à recente escalada de violência contra a comunidade educativa. Os confrontos entre a população, os professores em greve e os polícias resultaram em oito mortos e mais de 50 feridos. Os atos de violência tiveram lugar após sete dias de bloqueios e manifestações em protesto contra a forma como o governo está a tentar implementar uma reforma

do ensino, que pretende alterar os critérios com que os professores são avaliados.

A posição assumida pela IE destina-se a ambas as partes no conflito para que desenvolvam esforços no sentido de garantir o diálogo entre as partes, de modo a assegurar que a voz dos professores seja ouvida e respeitada. "Nada justifica a repressão como um meio para resolver conflitos", pode ler-se no comunicado.

O SNTE, afiliado mexicano da IE, juntou-se a esta exigência por uma investigação completa com uma declaração própria, declarando que "estão solidários com as famílias das vítimas" e pedindo o respeito do Estado de direito.



Canadá - Educação aborígene integrada no currículo

Para assinalar o Dia Nacional Aborígene e celebrar o património único, a Federação dos Professores do Canadá (CTF) lançou, em novembro e dezembro de 2015, uma nova pesquisa on-line a 1.900 professores do básico e secundário, que revela as perspetivas dos docentes em sala de aula sobre temas relacionados com a educação aborígene.

Dos professores pesquisados, a maioria afirmou incluir temas relacionados com a educação aborígene nos seus cursos, tais como estudos culturais, história ou geografia. E embora a maioria dos professores tivesse respondido que a cultura aborígene foi representada no currículo das suas escolas, 41 por cento disse que ela foi um pouco representada, enquanto apenas 13 por cento sentiu que ela foi significativamente representada no currículo.

Os resultados coincidem com o Dia Nacional Aborígene, em 21 de junho, que marca os seus 20 anos de fortes e vibrantes culturas e tradições. A Constituição do Canadá reconhece os povos das Primeiras Nações Inuit e Métis como os povos autóctones, também conhecidos como povos indígenas. Embora esses grupos compartilhem muitas semelhanças, cada um deles tem sua própria herança distinta, língua, práticas culturais e crenças espirituais.

Com toda a recente cobertura da imprensa do relatório da Verdade e Reconciliação, estamos a ver



um interesse crescente para melhor compreendermos e apreciarmos as Primeiras Nações e culturas Inuit e Métis, sublinhou o presidente da CTF, Heather Smith. Como um microcosmo da sociedade, as nossas escolas também fazem parte deste movimento crescente que é um desenvolvimento positivo para todos os canadianos. Os nossos professores desempenham um papel crucial na manutenção dessa dinâmica, concluiu.

Para complementar a pesquisa, a CTF também lançou uma edição especial da sua revista *Perspetivas*, apresentando artigos detalhados sobre a educação aborígene. Em cooperação com organizações indígenas, o Governo do Canadá escolheu o dia 21 de junho, dia do solstício de Verão, para celebrar o Dia Nacional Aborígene. Durante gerações, muitos povos e comunidades indígenas têm celebrado a sua cultura e património nesse dia ou em dia próximo, devido à importância do solstício de Verão como o dia mais longo do ano.



Howard Stevenson: Novo ativismo sindical está a passar das estruturas às redes sociais



Howard Stevenson dirigindo-se à Rede de Investigação da IE

A 12ª Rede de Investigação da Internacional da Educação (IE) delineou a forma renovada em que os sindicatos da educação devem moldar as condições de trabalho e aprendizagem e desenvolver e por em prática as políticas que melhoram o conhecimento e a aprendizagem profissionais.

Alterar os sindicatos em tempos difíceis: estudos de caso internacionais em renovação sindical foi o tema da apresentação feita pelo britânico Howard Stevenson, da Universidade de Nottingham, à Rede de Investigação da IE, realizada recentemente em Bruxelas, na Bélgica. Reconhecendo a escala de desafios que enfrentam os professores, ele disse que o recrutamento, retenção, a participação e mobilização de pessoas são questões cruciais para os sindicatos da educação.

O desafio, observou ele, é mobilizar os filiados enquanto ativistas, fazendo a diferença entre membros sindicais ativistas, comprometidos, em ligação e desligados.

Entre as diferentes estratégias que estão a ser adotadas pelos sindicatos, Stevenson mencionou as parcerias entre trabalhadores e a direção da empresa, a ação política, a reforma das estruturas sindicais, a criação de alianças e a solidariedade internacional.

Para um novo profissionalismo democrático delineou três ideiaschave: moldar a configuração da aprendizagem e as condições de trabalho, o desenvolvimento e a aplicação de políticas e a melhoria dos conhecimentos profissional e da aprendizagem profissionais.

Stevenson também se concentrou em três estudos de caso, um do Instituto Educativo da Escócia, o segundo do Sindicato Nacional de Professores do Quênia e, por último, do Instituto Educativo da Nova Zelândia (NZEI) e da Associação de Professores do Pós-Primário, do mesmo país. O NZEI, sublinhou o especialista, fez uma escolha consciente para construir uma organização diferente para configurar a política e negociação coletiva.

A respeito de renovação sindical, Howard Stevenson explicou que a forma como os sindicatos se organizam já começou a mudar, desde a negociação centralizada até à descentralizada. O principal objetivo das reformas dos sindicatos de professores, de acordo com Stevenson, é o de melhorar a forma em que os professores são capazes de influenciar, tomar decisões, moldar a forma como eles trabalham, e decidir qual é o conhecimento profissional específico da sua profissão.

A negociação coletiva exige organização coletiva, insistiu, acrescentando que quando há uma cultura sindical dinâmica no local de trabalho a lealdade para com o sindicato é elevada. Por isso é tão importante uma capacidade sindical a nível local. Stevenson concluiu destacando que o novo ativismo sindical está passando das estruturas às redes sociais e deve ter em conta o papel cada vez maior da comunicação social.



Rumo ao trabalho digital justo

A 8 e 9 de junho de 2016, a Confederação Europeia dos Sindicatos (CES), adotou uma resolução sobre a digitalização: rumo ao trabalho digital justo. No documento salienta-se a necessidade da melhoria das qualificações dos trabalhadores através do estabelecimento de programas de formação inicial e contínua, para aquisição de competências digitais.

A CES apela à Comissão Europeia (CE) para que, com base numa participação sindical forte, possa desenvolver uma política europeia coerente na área das competências digitais.

A CE precisa tomar consciência das oportunidades desta era digital, bem como da necessidade de obter equilíbrios face aos novos desafios que esta era também nos coloca, nomeadamente em termos salariais entre géneros e quanto às disparidades crescentes, relacionadas com a digitalização entre os diferentes Estados – Membros.

O Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE) reconhece a importância das competências digitais numa sociedade em constante mudança e apoia esta resolução sobre o trabalho digital justo.



A digitalização não é apenas uma questão de interesse tecnológico, mas tem um impacto social assinalável. Professores, dirigentes escolares e outros profissionais da educação são confrontados diariamente com o aumento das expectativas dos alunos face ao mundo digital em que vivemos. Os sindicatos da educação devem por isso monitorizar os efeitos desta era da digitalização na saúde mental dos trabalhadores da educação, nas horas e nas condições de trabalho.





Um novo começo para o Diálogo Social



Parceiros sociais europeus que assinaram a declaração de um novo começo para o diálogo social, na sequência da declaração de Jean-Claude Juncker de 2015

Em 27 de junho de 2016, os parceiros sociais interprofissionais europeus (CES, BUSINESSEU-ROPE, a UEAPME e CEEP), e a Comissão Europeia, representada pelo Vice-Presidente para o Euro e Diálogo Social Valdis Dombrovskis e pela Comissária do Emprego, Assuntos Sociais, Competências e Mobilidade Laboral, Marianne Thyssen, assinaram uma declaração de um Novo começo para o diálogo social.

A declaração segue-se ao Novo começo para o diálogo social, iniciado pelo presidente Juncker em conferência de alto nível em 5 de março de 2015, juntamente com os parceiros sociais europeus, nacionais e setoriais e com as outras instituições da União Europeia (UE).

A declaração também abrange os parceiros sociais setoriais europeus e compromete-os a promoverem o diálogo social e a garantirem a correta aplicação dos acordos em todos os estados membros da EU.

Sob este compromisso renovado, a Comissão Europeia e a Presidência do Conselho da União Europeia reforçam o papel fundamental do diálogo social europeu como uma componente significativa do emprego na UE e nas tomadas de decisão de políticas sociais.

A declaração afirma claramente o compromisso da Comissão Europeia de promover e melhorar as discussões e negociações entre os parceiros sociais europeus e as instituições da UE, incluindo o Semestre Europeu. Ela também afirma o compromisso da Presidência do Conselho Europeu para assegurar a participação dos parceiros sociais nacionais nas consultas em torno das recomendações específicas por país, chamando os governos nacionais a tomar as medidas necessárias para envolver estreitamente os parceiros sociais nacionais na conceção e implementação de reformas nacionais e políticas e apoiar a melhoria do funcionamento e da eficácia do diálogo social a nível nacional, o que é propício à negociação coletiva, criando um espaço adequado para as negociações dos parceiros sociais.

O Comité Europeu dos Sindicatos da Educação (CSEE) está envolvido no desenvolvimento da capacidade dos sindicatos de educação em toda a Europa para reforçarem a sua participação na coordenação da governação económica europeia (o chamado Semestre Europeu) em todos os níveis. As recomendações específicas por país deste ano respeitam extensivamente às reformas da educação e dos sistemas de formação.

Muitas vezes, nos últimos anos, os governos têm abusado do argumento da crise económica para justificar decisões unilaterais, em detrimento do diálogo social e da negociação coletiva, também no setor da educação, permitindo que sejam feitas alterações sem o necessário acordo dos professores.

Esta declaração é um bom passo em frente para superarmos esta situação, comentou Martin Rømer, diretor europeu do CSEE. Professores, dirigentes escolares e outros profissionais da educação são confrontados com o aumento da pressão vinda da deterioração das condições de

trabalho, da perda de atratividade da profissão docente e de reformas contínuas dos sistemas de educação e formação para atender às necessidades e contingências do mercado de trabalho.

Neste contexto, concluiu Martin Rømer, muito mais tem de ser feito a nível nacional para um diálogo social eficaz, que vai além da informação e da simples consulta, e que restaura completamente o direito à negociação coletiva e dá de volta aos professores e aos seus sindicatos a propriedade das reformas, para a sua implementação bem sucedida.

Descarregue a declaração completa do *Novo Começo para o Diálogo Social* clicando na imagem abaixo:





II Academia do Diálogo Social Europeu superou expectativas



Marco Pina (segundo a contar da esquerda na primeira fila), com os restantes diplomados da academia da CES

Terminou a II Academia de Diálogo Social Europeu para dirigentes sindicais (ESDA 2016), promovida em Bruxelas pela CES - Confederação Europeia de Sindicatos. Coube-me a responsabilidade de frequentar e concluir os dois módulos de três dias cada um, em representação de Portugal.

Esta Academia proporcionou o contacto direto com respeitados interlocutores sindicais em Bruxelas e os objetivos foram cumpridos: ou seja, capacitar ainda mais os dirigentes sindicais para a sua atividade, através de uma melhor compreensão da realidade europeia e do funcionamento das suas instituições e processos legislativos, bem como capacitá-los ao nível da negociação, através do treino em contexto prático.

O Dialogo Social Europeu (DSE) foi introduzido em 1985, por iniciativa do Presidente da Comissão Jacques Delors, mas só em 1992 seria consagrado em Acordo anexado ao Protocolo de Maastricht sobre Política Social.

A ESDA proporcionou-nos o conhecimento e dados da CES, através do seu secretário-geral adjunto, Peter Scherrer, bem como a análise dos vários países europeus, através dos especialistas do ETUI (Instituto Sindical Europeu) Magdalena Bernaciak e Romauld Jagodzinski. Outros formadores foram Cristian Welz (Eurofond), Ben Egan (CES), Isabelle Barthès (IndustriALL) e Dimitris Theodorakis (UNI-Europa), que nos deram a sua perspetiva do DSEu, enquanto representantes das suas organizações em Bruxelas.

Ignacio Doreste (CES) falou da dificuldade em cativar os jovens para o movimento sindical e atirou: Como é possível uma criança de oito anos saber o que são mercados e venda e compra de ações e não saber o que é o movimento sindical?

Trocaram-se ideias e experiências vividas nos vários países ali representados, tais como o fim da cotização sindical para quem tem contratos de trabalho precários ou a termo, ou redução e isenção das mesmas para jovens trabalhadores até certa idade.

Que tal explicar aos jovens que se têm subsídios de Férias e de Natal é porque os sindicatos os conseguiram, e propor-lhes que jovens trabalhadores até certa idade apenas pagassem cotas destes dois ordenados? Ficou o desafio. Juliane Bir (CES) centrou a nossa formação no DSE e trabalhou de forma intensa as nossas capacidades de negociação, conseguindo, através de trabalhos e atividades de grupo, equipar-nos com novas ferramentas para a nossa atividade sindical.

Ter reunido com Jutta Steinruck, eurodeputada da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, e Jude Kirton-Darling, eurodeputada da Comissão do Comércio Internacional, aprender ao mesmo tempo com dois grandes interlocutores do DSE Peter Scherrer e Maxime Cerutti (BUSINESS-EUROPE - principal representante dos empregadores) e também com Raymond Maes, terá sido o ponto alto da Academia, mas o melhor estava mesmo guardado para o fim. Assistir aos trabalhos preparatórios do Comité do Dialogo Social e sentir in loco toda a tensão entre sindicalistas, empregadores e Comissão Europeia foi como uma cereja no topo do bolo.

O sindicalismo europeu está bem vivo e presente, mas é bastante mais difícil gerir as diferenças entre as pretensões dos sindicatos dos vários países do que encontrar divisões entre os empregadores na Europa. A falta de recursos humanos e financeiros, a falta de capacidade de mobilização dos nossos representantes sindicais na Europa evidenciam ser necessário renovar as formas de negociação e de pressão junto das entidades para que se



consigam melhores resultados em defesa dos trabalhadores. A título de exemplo estima-se existirem cerca de 30.000 lobistas em permanência em Bruxelas (por parte dos empregadores) e apenas cerca de uma centena de sindicalistas.

O DSE necessita de um novo impulso e força, é imperativo que domine a agenda europeia podendo ser utilizado para evitar novas saídas.

Embora difícil de aplicar em virtude das diferenças, assimetrias, culturas e capacidades financeiras dos vários países é necessário lembrar a todos que as empresas e empregadores de hoje são transversais aos diversos países e não conhecem fronteiras, sediando-se onde existem melhores condições para tal. A ideia do cidadão europeu ainda não passa disso mesmo, no entanto em diversos setores, e sem nos darmos conta, os nossos locais de trabalho já não têm país.

Olhemos o setor dos transportes, as novas tecnologias, comunicação, saúde e até educação. Neste momento procura-se um acordo para a digitalização, mas ainda faltam diretivas ao nível da segurança social ou das condições de trabalho. A Educação é o pilar da formação destes trabalhadores (do setor público ou privado), que cada vez mais atravessam o desafio de olhar para esta Europa como um único mercado de trabalho.

Concluo dizendo que a ESDA 2016 superou as expectativas que tinha criado, e alcançou os objetivos a que se propôs. Assim resta-me incentivar mais sindicalistas a frequentar próximas Academias que se venham a realizar, aproveitando ao máximo todo o treino que ali se administra.

Marco Pina – Dirigente do STAAE-ZN





A FNE em Amesterdão

O diálogo social é um processo contínuo



Aspeto geral da conferência final do projeto ESSDE II, em Amesterdão

A FNE, através de Joaquim Santos, participou na conferência final Parceiros Sociais Setoriais Europeus na Educação na Promoção das Potencialidades do seu Diálogo através da Transferência do Conhecimento e da formação - Projeto de capacitação ESSDE II, projeto conjunto do Comité Social Europeu da Educação (CSEE) e da Federação dos Empregadores Europeus da Educação (EFEE), que decorreu em 21 e 22 de junho de 2016, em Amesterdão, Holanda.

A sessão de abertura coube a Kevin Bonello, presidente do MUT de Malta e a Bianka Stege, secretáriageral da EFEE, que está de saída da liderança desta organização. Kevin Bonello sublinhou que temos que erradicar a ideia que os sindicatos de trabalhadores e os empregadores estão em lados diferentes da barricada e frisou que não nos podemos fragmentar nesta UE, e sim desenvolver novas estratégias de cooperação e de diálogo social. Bianka Stege notou que podemos ter ideias diferentes, mas lutamos juntos por uma educação de qualidade, porque o diálogo social (DS) é um processo contínuo.

Por seu lado, Ben Hoogenhood, delegado do ESSDE (Diálogo Social Setorial Europeu da Educação) dos Países Baixos e Hein von Asseldonk, vice-presidente do VO-raad (representante holandês pelos empregadores no ESSDE) deram as boas-vindas aos participantes, lembrando bem que é sempre preciso dois para se dançar o tango.

A primeira comunicação desta conferência final coube a Borka Visnic, do Sindicato de Professores da Sérvia, que abordou o tema *Uma Vista para uma Parceria Social Europeia: Sobre os Desafios e Expetativas dos Países Candidatos à União Europeia (EU).*

Borka referiu que a Sérvia teve eleições em abril deste ano, e agora com um novo governo pretendem estabelecer novas regras e um frutífero DS. Para esta dirigente sindical o governo sérvio fez muitas coisas sem os sindicatos, daí terem muito que melhorar: Temos que ajudar a formar uma organização de empregadores no meu país e formar uma rede com sindicatos e empregadores europeus - concluiu.







A segunda comunicação coube a Stefaan Ceuppens (Comissão Europeia – CE), que falou sobre *Um Ano de um Novo Começo para o Diálogo Social Europeu*, referindo-se ao documento original de compromisso de Jean Claude Juncker com o DS, de 2015. O diálogo social europeu, afirmou Stefaan, *desenvolveu-se consideravelmente de 19 setores económicos em 1999 para 43 comités em 2015. O trabalho dos comités é determinado por um programa de ação conjunto dos parceiros sociais.*

Para este responsável europeu, a CE vai continuar estes esforços nos próximos anos, guiada pelos dois seguintes princípios fundamentais: em primeiro lugar, o diálogo social da UE não pode funcionar sem um bom diálogo social a nível nacional — o que requer um ambiente institucional favorável; em segundo lugar, a concertação tripartida, envolvendo autoridades públicas, precisa de ser construída sobre um diálogo social bipartido forte — o que é válido tanto a nível da EU, como dos Estados-Membros.

Tina Weber, consultora externa do projeto, referiu que ainda não temos um diálogo social efetivo, mas que isso depende apenas do que queremos atingir. De acordo com um estudo da CE de 2010, verifica-se que há uma correlação direta entre a

efetividade do DS nacional e a do DS a nível europeu.

Para Tina Weber, os pré-requisitos chave para um DS efetivo e de sucesso são a existência de organizações dos dois lados, dispostas e mandatadas para negociar, o desenvolvimento da confiança, o desenvolvimento do DS em todos os níveis: empresa, local, regional, nacional, europeu, o acordo de prioridades comuns, a capacidade e disposição para se conseguirem soluções negociadas/de compromisso e a capacidade de implementar soluções negociadas a nível nacional/local.

Weber assinalou que os fatores que moldam um DS efetivo são em primeiro lugar compreender o significado do que é o SD, moldar o conceito a nível nacional para se adequar às tradições nacionais (usar e adaptar estruturas nacionais para melhorar o DS) e, em terceiro lugar, a evolução do DS também resultante da crise.

Os três fatores que verdadeiramente dão forma a um efetivo DS são assim a comunicação, a capacidade (recursos adequados e conhecimento suficiente, entre outros) e o envolvimento dos parceiros.

Alguns dos temas que são preocupação de âmbito nacional são de igual modo preocupação do diálogo setorial europeu. Neste caso, encontramos prioridades como o recrutamento e retenção de docentes, a qualidade dos professores e das instituições educacionais, o investimento na educação, a qualidade do DS a nível nacional ou o impacto da agenda educativa europeia nos sistemas educativos nacionais.



Empregadores espanhóis (à direita), no final da conferência

Robert Knegt, da Universidade de Amesterdão, apresentou uma comunicação sobre o DS depois da crise, intitulada O papel do diálogo social nas reformas laborais e sociais, no desenvolvimento da empregabilidade e na qualidade do emprego. O Projeto de Investigação Internacional DIADSE - Dialogue for Advancing Social Europe (Diálogo para a Promoção do DS Europeu). Neste âmbito, foram apresentados os resultados preliminares de um inquérito a nove países europeus, incluindo Portugal, contando-se com a publicação final dos dados em dezembro de 2016. Segundo Knegt, a tipologia do DS português (e de Espanha também), durante a crise, é a de um DS centrado no Estado, com alta pressão da Troika, com vários

tipos de medidas unilaterais, com mais conflitos e com a queda do diálogo tripartido.

Robert Knegt concluiu afirmando que para caminharmos para um DS mais efetivo é indispensável uma interdependência equilibrada no triângulo formado pelas organizações de empregadores, organizações sindicais e pelo governo. Nas suas palavras, é de igual modo necessária uma agenda europeia digna sobre a qualidade das relações laborais.

De seguida, representantes de organizações sindicais e governamentais da Letónia, Chipre e Espanha debateram as lições tiradas dos parceiros sociais envolvidos neste projeto e de como podem ir mais além nos seus laços a nível nacional e europeu.

No final da conferência foi a vez de Martin Henry, da Internacional da Educação – IE, proceder a uma apresentação sobre *A Profissão Docente*, baseada no relatório da rede europeia Eurydice de 2015, de nome *A Profissão Docente na Europa – Práticas, Perceções e Políticas.*

Um dos objetivos principais deste projeto foi o de apoiar diretamente o futuro trabalho dos empregadores da educação e dos sindicatos de professores europeus quer a nível nacional, quer a nível da união europeia.



Kevin Bonello e Bianka Stege despedem-se de Alexandra Rüdig (ao centro), que vai deixar o CSEE, rumo aos Estados Unidos

FNE no grupo consultivo de um projeto europeu

A convite do CSEE (Comité Sindical Europeu da Educação), a FNE vai integrar, juntamente com a Albânia, Dinamarca, Finlândia, Itália, Irlanda, Malta e Países Baixos, o Grupo Consultivo do projeto Parceiros Sociais Setoriais Europeus em Educação promovendo uma Influência Sustentável na Construção Política Europeia de Educação Através de um Diálogo Social Bem Sucedido - Projeto de capacitação ESSDE III, no âmbito do Diálogo Social Setorial Europeu para a Educação, que vai decorrer entre 1 de dezembro de 2016 e novembro de 2018.

Neste sentido, assinou um documento onde se compromete a fornecer uma contribuição em tempo de trabalho para o projeto, a operar como parceira do CSEE no planeamento e organização de todas as tarefas necessárias (incluindo as mesasredondas de formação, a elaboração de relatórios nacionais e a conferência final), a assistir às reuniões do grupo consultivo e a divulgar os desenvolvimentos e resultados do projeto entre os afiliados do CSEE, a nível nacional, regional e local.



O projeto, que é uma parceria entre o CSEE e a Federação Europeia dos Empregadores da Educação (EFEE), tem a conferência final prevista para outubro de 2018 em Sofia, Bulgária.

No respeitante ao valor acrescentado europeu, este projeto irá provar primeiro que tudo a vontade dos parceiros sociais em consolidar e aprofundar os seus vínculos e as suas relações, além de vir a demonstrar que eles têm alcançado a capacidade de trabalhar de forma sustentável para estruturas de diálogo social melhorado e reforçado, através do qual eles podem produzir resultados conjuntos úteis e eficazes.

O dirigente da FNE que vai integrar o grupo consultivo deste projeto europeu é Joaquim Santos.



Filme do CSEE e EFEE previne riscos psicossociais no trabalho



Consulte o vídeo em: https://www.youtube.com/watch?v=Js3rp0_gyQ8

O Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE) e a Federação Europeia dos Empregadores da Educação (EFEE) são responsáveis pela produção de uma curtametragem cujo objetivo é a promoção de locais de trabalho dignos no setor da educação.

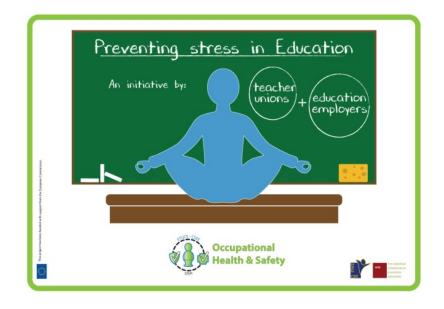
O filme faz uma espécie de resumo dos resultados de um

inquérito on-line desenvolvido na Roménia, Bélgica, Alemanha e Finlândia, no âmbito de um projeto europeu que teve a sua conferência final no passado mês de junho, em Bucareste, na Roménia. Com esta iniciativa as duas organizações pretendem chamar à atenção para a necessidade de unir esforços no sentido de garantir ambientes de traba-

Iho saudáveis e seguros para professores, dirigentes escolares, não docentes e todas as comunidades educativas na Europa.

Este filme permite ter um olhar mais atento para os contextos específicos dos países que foram analisados durante o projeto e é frequentemente utilizado pela comunidade educativa para alertar para os riscos psicossociais e de stresse relacionado com o trabalho no setor da educação.

O filme mostra não só alguns exemplos do bem-estar psicossocial dos professores, dirigentes escolares e outros profissionais da educação, mas também oferece exemplos de boas práticas de como as escolas podem lidar bem com os riscos psicossociais e como preveni-los.



Nomeado pela UE **Şener Elcil Cidadão Europeu 2016**



Sener Elcil, Secretário-Geral do KTOS - Sindicato Turco de Professores do Chipre

Şener Elcil, Secretário-Geral do KTOS (Sindicato Turco de Professores do Chipre), uma das organizações membro do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) no Chipre, foi premiado com o prémio *Cidadão Europeu 2016*, pelos seus esforços contínuos no desenvolvimento da compreensão mútua e da paz, e pela incessante promoção da educação gratuita e de qualidade.

Desde 2008, os prémios do Parlamento Europeu a Cidadão Europeu são atribuídos todos os anos a indivíduos e a iniciativas que facilitem a cooperação transfronteiriça, bem como a promoção da compreensão mútua no seio da União Europeia (EU).

O prémio é concedido após a nomeação de membros do Parlamento Europeu (PE) e destina-se a reconhecer o trabalho daqueles que por meio de suas atividades do dia-a-dia promovem os valores europeus. A cerimónia oficial de entrega do prémio, será realizada em outubro de 2016, no PE, em Bruxelas.

A FNE congratula o nosso companheiro Şener Elcil, sabendo que o prémio reconhece todo o seu trabalho em defesa da liberdade e da autodeterminação dos cipriotas, bem como a vontade de acabar com a separação entre as populações da ilha.





Cimeira de Bergen

Competências de hoje não serão suficientes amanhã



OCDE

A Cimeira das Competências 2016, realizada em Bergen, Noruega, nos dias 29 e 30 de junho, contou com a participação de 26 ministros e secretários de Estado, representantes de 15 países e da Comissão Europeia (CE).

Noruega

A reunião foi aberta pela Primeira-Ministra norueguês Erna Solberg e pelo secretário-geral da OCDE, Angel Gurría e serviu para traçar os próximos caminhos para impulsionar as competências para a produtividade, a inovação e a inclusão. De acordo com a Primeira-Ministra da Noruega, as competências transformam vidas e movem economias: O ritmo acelerado e imprevisível da mudança faz com que seja difícil prever quais as habilidades e competências que serão mais requeridas no futuro. O que sabemos é que a educação e as competências que bastavam para nos permitir competir ontem não serão suficientes amanhã. Temos de dar às pessoas a oportunidade de desenvolver a sua educação e as suas competências ao longo da vida.

Pesquisa da Noruega





O desenvolvimento de competências eficazes e a sua aplicação têm sido fundamentais para o aumento da produtividade, da inovação e da inclusão social. Mas uma série de tendências emergentes e já observáveis estão a tornar as competências mais importantes do que nunca. Em todos os países da OCDE, a população em idade ativa está a crescer a um ritmo muito mais lento do que no passado ou a diminuir. Assim, o crescimento da produtividade e a inovação são hoje os motores primários de crescimento económico.

Ao mesmo tempo, as cadeias de valor globais e os avanços tecnológicos estão a modificar a estrutura do emprego e os requisitos de qualificação. Muitos dos empregos de futuro ainda não existem hoje. Os países também defrontam desafios sociais, como as desigualdades, com a pressão em assegurar uma integração económica e social bem sucedida dos migrantes e os altos níveis de desemprego.

Melhores políticas na definição de competências podem ajudar-nos a superar esses desafios e a transformar muitos deles em oportunidades, sublinhou Angel Gurría. Mas, apesar do crescente reconhecimento da importância das competências para o crescimento económico e a inclusão social, muitos países ainda não conseguiram ancorar as políticas de qualificação no centro das agendas políticas nacionais e fazer progressos relativamente aos desafios de longo prazo - rematou.

A reunião constituiu ainda uma oportunidade única para os ministros debaterem os benefícios e os desafios da construção de estratégias eficazes de competências, bem como para trocar opiniões sobre a melhor forma de maximizar nos países as competências potenciais para aumentar a produtividade, a inovação e a inclusão social.

Na Cimeira, Angel Gurría, apresentou o Centro da OCDE para as Competências, que terá como principal objetivo apoiar os países em desenvolvimento na implementação de melhores políticas de competências, com base numa abordagem social holística. Os principais objetivos do Centro são a realização de projetos nacionais na área das competências, com países membros da UE e nãomembros, mobilizar conhecimentos, desenvolver ferramentas analíticas úteis, promovendo a aprendizagem entre pares e entre os países e atualizar a estratégia de competências da OCDE.



Mais informação em: https://skillssummit2016.no



OCDE: Novos dados sobre a Competências dos Adultos



A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OCDE publicou este mês o relatório As Competências Contam - Mais Resultados da Pesquisa das Competências dos Adultos, inserido nos Estudos de Competências da organização. No prefácio da edição, Angel Gurría, Secretário-Geral da OCDE, escreve que os governos precisam de ter uma imagem mais clara, não apenas de como os mercados de trabalho estão a mudar, mas de como os seus cidadãos devem participar e beneficiar de economias baseadas no conhecimento.

De facto, na esteira da revolução tecnológica, que começou nas últimas décadas do século XX, a procura do mercado de trabalho para o processamento de informação e outras competências cognitivas e interpessoais de alto nível está a crescer substancialmente. Ora a Pesquisa de Competências dos Adultos, um produto do Programa da OCDE para a Avaliação Internacional das Competências dos Adultos (PIAAC), foi projetada para fornecer perceções sobre a disponibilidade

de algumas destas competências-chave na sociedade e de como elas são usadas no trabalho e em casa.

Primeira pesquisa deste tipo, o PIACC mede diretamente a proficiência em várias competências de processamento de informação - ou seja: 1) alfabetização (capacidade de compreender, avaliar e utilizar textos escritos, com vista a participar na sociedade, a alcançar os objetivos pessoais e a desenvolver conhecimentos e potenciais); 2) aptidões aritméticas (capacidade de aceder, usar, interpretar e comunicar informações e ideias no plano matemático, com vista a abordar e gerir as exigências matemáticas de um grande número de situações na vida de uma pessoa adulta); e 3) resolução de problemas em contextos de intensa tecnologia (capacidade de utilizar tecnologia digitalizada, instrumentos de comunicação e redes com vista a adquirir e avaliar informações, entrar em comunicação com os outros e realizar tarefas práticas).

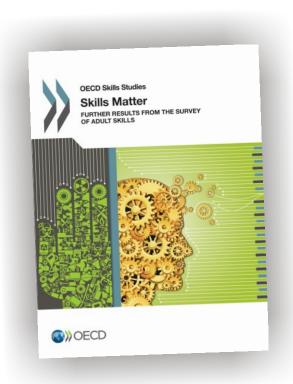
Este volume apresenta os resultados de 24 países e regiões que participaram no primeiro ciclo da pesquisa em 2011-12 (publicado pela primeira vez no relatório Perspetivas da OCDE sobre as Competências 2013: Primeiros Resultados da Pesquisa de Competências dos Adultos) e dos nove países adicionais que participaram no segundo cilco em 2014-15 (Chile, Eslovénia Grécia, Indonésia (Jacarta), Israel, Lituânia, Nova Zelândia, Singapura, e Turquia).

O documento descreve a proficiência dos adultos em três competências de processamento de informação avaliadas, e examina como a proficiência nessas competências está relacionada com o mercado de trabalho e os resultados sociais. Outro relatório relacionado com este, Pesquisa de Competências dos Adultos: Companheiro do Leitor, Segunda Edição, descreve a conceção e a metodologia da pesquisa e sua relação com outras avaliações internacionais de estudantes jovens e adultos.

Num artigo publicado em 28 de junho de 2016 no blogue da OCDE educationtoday, Andreas Schleicher, diretor para a Educação e Competências da organização, nota a respeito que as competências são o que liga as salas de aula aos locais de trabalho e que este relatório confirma as conclusões do primeiro ciclo de países participantes (os adultos com grande proficiência em competências relacionadas com o processamento de informação têm salários mais altos) e clarifica ainda algumas mensagens com mais subtileza.

Por exemplo, em Singapura os jovens tiveram melhores resultados que os mais idosos nos três domínios avaliados. Outro dado curioso, refere Andreas Schleicher, é que em ambos os ciclos há uma ligação relativamente forte entre os resultados do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) e os resultados do PIACC. Ou seja: o desempenho de uma determinada faixa etária no PISA é razoavelmente um bom preditor do desempenho desse grupo, alguns anos depois, na Pesquisa de Competências dos Adultos.

Para Schleicher a mensagem é clara: se os países querem uma força de trabalho altamente qualificada, eles têm de ter um ensino obrigatório adequado e a escola é um dos lugares-chave em que essas competências são adquiridas.





Michelle Obama em campanha pela educação feminina



A primeira-dama norte-americana, Michelle Obama, durante um dos seus eventos na campanha 'Let Girls Learn' ('Deixem as Raparigas Estudar')

A primeira-dama norte-americana, Michelle Obama, aterrou a 26 de junho de 2016, na Ilha do Sal, em Cabo Verde, onde passou a noite antes de iniciar uma viagem à Libéria e a Marrocos, para promover o acesso das raparigas à educação.

Na viagem, Michelle Obama foi acompanhada pelas suas filhas, Malia e Sasha e a sua mãe, Marian Robinson. No Sal, Michelle Obama foi recebida pela primeira-dama de Cabo Verde, Lígia Fonseca e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Filipe Tavares, e fez uma breve declaração à imprensa sobre a sua campanha 'Let Girls Learn' ('Deixem as Raparigas Estudar'), que promove o acesso das raparigas adolescentes à educação.

A viagem oficial seguiu depois para a Libéria e Marrocos, como parte da iniciativa 'Deixem as Raparigas Estudar', um programa do governo dos EUA que visa incentivar a frequência e permanência de raparigas adolescentes na escola.



Plataforma on-line para combater desigualdade de género



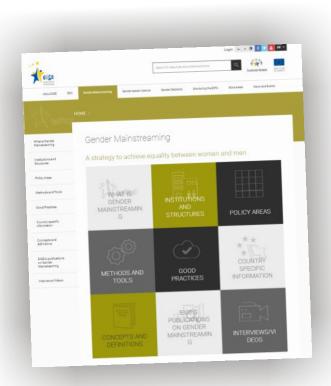


É um facto que as disparidades de género continuam a ser evidentes em muitas áreas da sociedade, influenciando diversos aspetos da vida de todos os indivíduos. Certo do impacto negativo desta realidade o Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE) criou uma ferramenta on-line, que está disponível gratuitamente, e que permite obter uma perspetiva mais abrangente sobre os desafios para a igualdade de género nas diferentes áreas, incluindo a educação.

Esta plataforma digital reúne um conjunto de informações relativas às políticas europeias e nacionais, assim como as boas práticas e métodos para combater as desigualdades de género.

No que diz respeito à educação e formação, o EIGE acentua o seu duplo e paradoxal papel na luta contra as desigualdades de género. O setor da educação é designado como um "catalisador social para a mudança e uma condição essencial para a concretização dos direitos humanos", mas sabemos que a igualdade de género na educação é afetada por vários fatores. A própria profissão

docente vê-se a braços com a necessidade de combater alguns estereótipos de género, como por exemplo a feminização da profissão e a masculinização no ensino superior.





National Aboriginal Day Journée nationale des Autochtones



Comment célébrerez-vous? How will you celebrate?

nad.gc.ca



#NADCanada





jna.gc.ca

#JNACanada





Canada